

**CHECKUP** **TESTE** **PRÉMIOS** **DESCONTOS**  
**GRATUITO** **DRIVES** **IMEDIATOS** **ATÉ 40%**

ESTE É O SEU DIA.  
 Participe no novo Cool Day, faça um check-up gratuito ao seu automóvel, experimente outros modelos, aproveite os descontos, divirta-se com os passeatempos que preparamos e ganhe prémios imediatos.

VENHA TAMBÉM À FERA DOS USADOS DE 16 A 19 DE NOVEMBRO  
 SOVECO VISEU - VEÍCULOS E PEÇAS S.A.  
 PARQUE INDUSTRIAL DE COIMBRÕES, LOTE 82 - 3501-997 VISEU  
 T.: 232 470 760 | F.: 232 470 769 | WWW.GLOCCAL.PT

INSCREVA-SE JÁ EM  
**WWW.MYCARSERVICE.PT**



**OFERTA**  
 1 **Suprêles**  
 Na compra de  
 1 McMenu Grande  
 McMenu Grande  
 McDonald's  
 Pr. Paulo VI  
 Avenida da República, 232 437 461 - VISEU  
 Telefone: 232 437 461

**UM JORNAL COMPLETO**  
 pág. 02 > PRAÇA PÚBLICA  
 pág. 06 > ABERTURA  
 pág. 08 > A CONVERSA  
 pág. 10 > REGIÃO  
 pág. 16 > EDUCAÇÃO  
 pág. 17 > SUPLENIMENTO  
 pág. 21 > ECONOMIA  
 pág. 23 > DESPORTO  
 pág. 26 > CULTURA  
 pág. 28 > EM FOCO  
 pág. 30 > SAÚDE  
 pág. 33 > CLASSIFICADOS

# Jornal do Centro

DIRETOR:  
 Paulo Neto

Semanaário  
 16 a 22 de novembro  
 2012

Ano 11  
 N.º 557

1,00 Euro  
 SEMANÁRIO DA  
 REGIÃO DE VISEU  
 Novo acordo ortográfico



## A inter- municipalidade no distrito de Viseu

| páginas 6 a 9

Carlos Maria,  
 CIM Dão-Lafões

António Borges,  
 AM Vale Douro Sul

Paulo Neto

DESPORTO PARA TODOS. TUDO PARA O DESPORTO!  
**DECATHLON**  
 VISEU

**1º ANIVERSÁRIO**  
 36% a 50%

**16 a 18 NOVEMBRO**

# Alvo: dinamizar o distrito

Todos os concelhos do distrito de Viseu integram Associações e por conseguinte uma Comunidade Inter municipal ou uma Associação de Municípios. De acordo com o mapa, Castro Daire é o único que não integra nenhuma das Associações esmiuçadas. Contudo, pertence à ADRI MAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro Arada e Gralheira. À imagem do que acontece com a ADIGES, ADDIAP e ADD, os objetivos asser-

tam na melhoria das condições de vida da população, através de investimento em equipamentos básicos e sociais de apoio; promoção de ações de formação, informação e animação.

O empreendedorismo e o turismo parecem ser as linhas mestras para o futuro destas Associações que, desta forma, pretendem "segurar" as populações nas áreas de abrangência e melhorar-lhes a qualidade de vida, aplicando da melhor forma os fundos comunitários.

## CIMDL - Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões

Para a CIM Dão Lafões, a modernização da Administração Pública só pode ser prosseguida através de fortes investimentos na perspetiva evolutiva pessoal e na formação profissional dos seus recursos humanos. É com base nesta premissa que a Comunidade Intermunicipal tem desenvolvido ao longo dos últimos anos um projeto formativo ambicioso dirigido aos profissionais das autarquias associadas. Desde finais de 2009, e com o apoio do POPH - Programa Operacional Potencial Humano, foi possível implementar, até ao início de 2011, um projeto de formação-ação, que envolveu mais de 200 profissionais das autarquias de Dão Lafões, ultrapassando as 3.600 horas. Posteriormente, e também com o financiamento do POPH, realizou-se um programa de formação de suporte à modernização administrativa e que envolveu mais de 1.200 formandos, durante uma centena de ações de formação.

Por forma a aproveitar e a dar sequência a este trabalho pretende-se continuar, em 2013, a capacitar os recursos humanos dos municípios, em áreas temáticas que resultaram de um diagnóstico de necessidades efetuado e que garantem a modernização da administração em termos de qualidade, eficácia e eficiência, produtividade, responsabilidade, preparando a gestão pública para a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Assim, o plano de formação para 2013/2014 prevê realizar ações nas seguintes áreas: gestão e avaliação de projetos; gestão de recursos humanos; gestão financeira, orgânica e POCAI; literacia informática; gestão do Território e Urbanismo.

O projeto de formação a levar a efeito resulta de uma candidatura já aprovada pelo POPH no âmbito da tipologia de Intervenção 3.4 - "Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local" e abrangerá um universo de 3.400 formandos e 76 cursos, repartidos por 273 ações de formação.

Carlos Marta, presidente do conselho de administração da CIM Dão Lafões é um dos entrevistados na rubrica "à conversa", nesta edição do Jornal do Centro.

## ADICES - Associação de Desenvolvimento Local

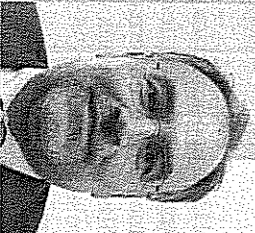


Constituída a 22 de Janeiro de 1991, a ADIGES, entidade declarada de utilidade pública, tem como principais objetivos o financiamento a iniciativas locais; a programação e operacionalização de projetos, ações e atividades de desenvolvimento local; a organização e promoção dos produtos locais; a formação; a promoção e divulgação dos recursos locais e do território; a animação e a dinamização de iniciativas locais e a constituição de parcerias e construção de projetos de cooperação nacional e transnacional.

A ADIGES foi a entidade responsável pela gestão local das Iniciativas Comunitárias LEADER I, LEADER II, LEADER, Programa AGRIS (Medida 7J) e Programa Operacional do Centro (Eixo 2, Medida 1). No programa LEADER foram aprovadas 356 projetos com investimento de 741.600 euros e no POCENTRO, sete projetos e cerca de 900 mil euros de investimento.

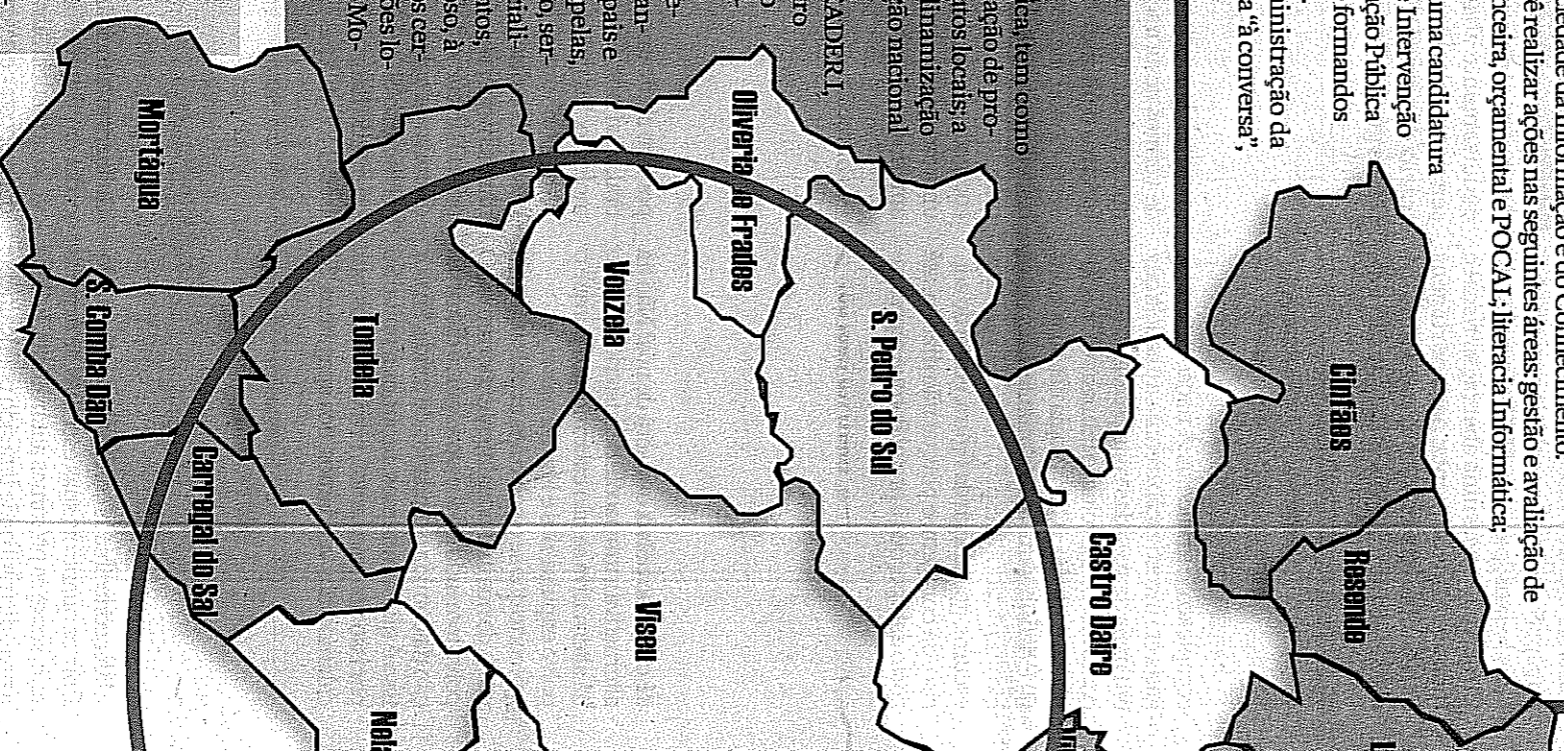
Os principais beneficiários dos fundos comunitários genidos pela ADIGES são as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, sociedades filantrópicas, Associações Humanitárias de Bombeiros, cooperativas, Sanatas Casas da Misericórdia, Fundações, empresas privadas em diversos ramos de atividade, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. A Valorização do Património Cultural (monhos, museus, património arqueológico, capelas, lavadouros, fontes), o investimento e modernização de unidades empresariais (pequena indústria, artesanato, serviços, comércio, turismo, agricultura, pecuária, floresta), a viabilização de espaços de promoção e comercialização de produtos locais, a dinamização do movimento associativo local (renovação de espaços, equipamentos, instrumentos, fardamentos) e a qualificação dos Serviços de Proximidade (MPS - valências de apoio ao idoso, à criança; educação) são algumas das tipologias de intervenção da ADIGES, que conta mais de 1.300 formandos certificados. Nesta área da formação a ADIGES é certificada pela DGERTT. Promove a qualificação das populações locais: ativos empregados, ativos desempregados, jovens e públicos desfavorecidos, apostando na formação Modular Certificada, na Educação e Formação de Adultos e na Formação para a Inclusão.

## ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão



A ADD é uma Associação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, de Utilidade Pública, constituída a 7 de abril de 1994.

A ADD surgiu de uma visão estratégica conjunta para o território, entre autarcas, técnicos e entidades privadas, visando a implementação de um plano de desenvolvimento local, de forma a colmatar um conjunto de estrangulamentos locais e inerentes à desertificação dos meios rurais; fraca dinamização socioeconómica, desemprego, êxodo dos mais jovens e com mais habilitações, diminuição da importância e abandono da atividade do sector agrícola, descaracterização/desvalorização dos usos e costumes tradicionais. Para a melhoria da qualidade de vida e fixação da população, a ADD apoia-se em financiamentos comunitários e nacionais, iniciativas e investimentos de carácter produtivo, no âmbito da agricultura, indústria, comércio, serviços, turismo, preservação e gestão dos recursos naturais, bem como, de carácter não produtivo no âmbito do património natural, arquitectónico, arqueológico, cultural e da valorização dos recursos humanos.



## AMVDS - Associação de Municípios do Vale do Douro Sul

A AMVDS em colaboração com a Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro – Beira Douro, organiza pelo terceiro ano consecutivo as Conferências do Douro Sul, no próximo dia 23, a partir das 9h00, no Teatro Ribeiro Conceição, em Lamego.

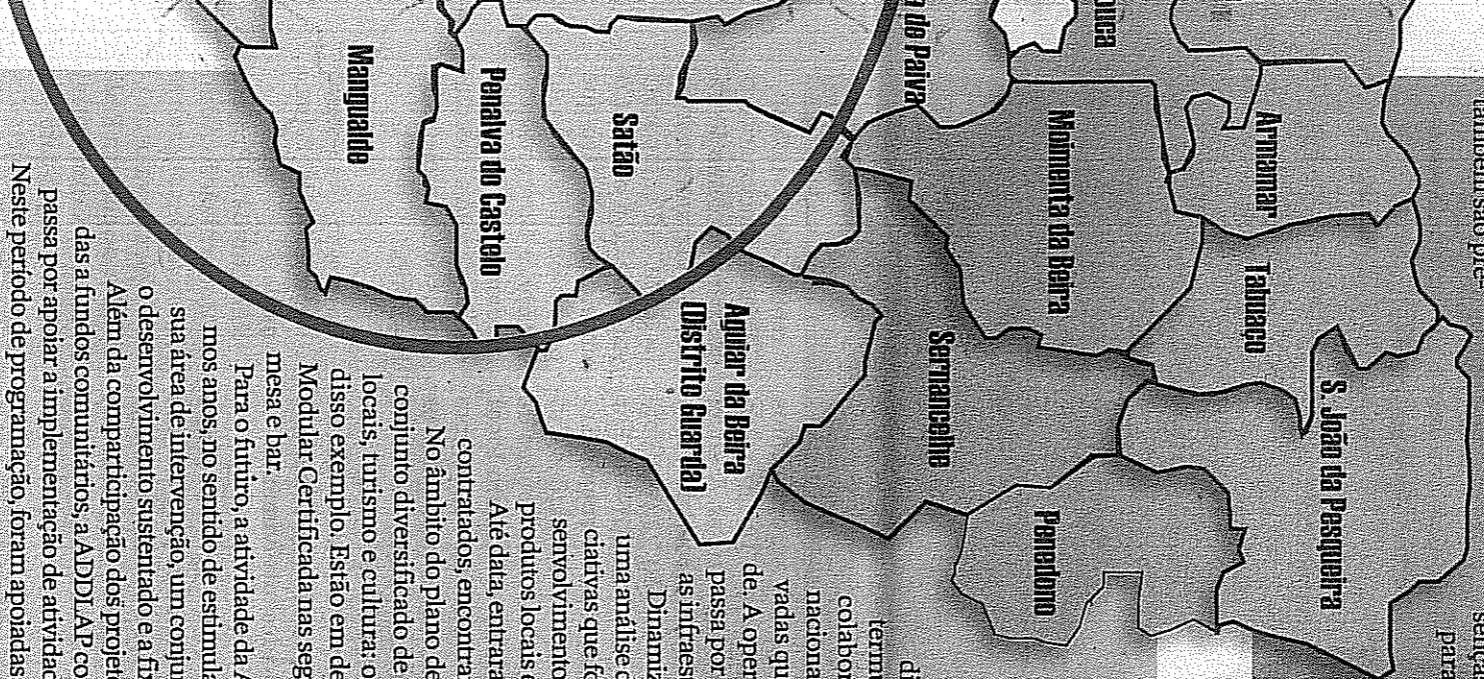
Este ano a iniciativa incidirá sobre a estratégia de desenvolvimento para o Vale do Douro Sul que será apresentada por Augusto Mateus, debatendo-se sobre as potencialidades e os problemas que este território apresenta e indicando algumas linhas de orientação no âmbito da Agenda 2020.

Para além dos dez autarcas do Douro Sul, as conferências vão contar com a participação de António Barreto cuja intervenção incidirá sobre “Portugal e o Douro – “Haverá lugar no futuro da História?” e com os deputados do Parlamento Europeu: Elisa Ferreira, Ilda Figueiredo e José Manuel Fernandes, que abordarão o tema “Os desafios da construção europeia – convergência ou crise?”.

Ricardo Maga –

lhaes, bem como Paulo Ferreira, sub-diretor do Jornal de Notícias, senças confirmadas na iniciativa que pretende debater soluções para o futuro da região do Douro e das suas populações, discutindo também o seu lugar na Europa, um tema intransponível na atualidade.

A entrevistista a António Borges, presidente do conselho diretivo da AMVDS, está na rubrica “à conversa” desta edição.



## ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva

A ADDLAP tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento rural integrado, dinamizando e valorizando a intermunicipalidade num espírito de colaboração e cooperação regional e nacional com entidades públicas e privadas que prossigam a mesma finalidade. A operacionalização desta estratégia passa por três grandes vetores: as pessoas, os sectores estratégicos e as infraestruturas.

Dinamizar ações tendentes à concretização de estudos que permitam uma análise da realidade e das potencialidades concelhias, promover iniciativas que fomentem o desenvolvimento local, dar apoio técnico ao desenvolvimento rural, colaborar e estimular as PME's ligadas ao artesanato, produtos locais e respetivos serviços de apoio, são alguns dos objetivos.

Até data, entraram 100 projetos nas diferentes medidas, dos quais 55 já foram contratados, encontrando-se os restantes em fase de análise.

No âmbito do plano de aquisição de competências e animação, foi realizado um conjunto diversificado de ações de animação do território e promoção de produtos locais, turismo e cultura: os Jardins Efémeros e o Festival do Frango do Campo são disso exemplo. Estão em desenvolvimento mais 11 módulos no âmbito da Formação Modular Certificada nas seguintes áreas de informática, produção animal e serviço de mesa e bar.

Para o futuro, a atividade da ADDLAP pretende consolidar o trabalho realizado nos últimos anos, no sentido de estimular e dinamizar ações que contribuam para implementar, na sua área de intervenção, um conjunto de programas nacionais e comunitários que promovam o desenvolvimento sustentado e a fixação de pessoas nas freguesias rurais.

Além da comparticipação dos projetos/programas aprovados nas diversas candidaturas efetuadas a fundos comunitários, a ADDLAP conta com o apoio dos associados e dos parceiros, cuja função passa por apoiar a implementação de atividades e projetos desenvolvidos pela Associação.

Neste período de programação, foram apoiadas 21 empresas, prevendo-se a criação de meia centena de postos de trabalho, 18 projetos no âmbito da recuperação e restauro de património rural e cultural, contribuindo para a manutenção da identidade e valorização turística da região; 15 entidades coletivas foram também apoiadas, 10 das quais no âmbito da solidariedade social, que permitiu a melhoria da oferta dos seus serviços requalificados às populações, sobretudo nas zonas rurais.

Na prática, sendo a ADDLAP, um instrumento de promoção do desenvolvimento local, com capacidade de dinamização do território, dos agentes, dos costumes, das artes e das tradições, promove, também, a criação de parcerias e interatividades, procurando manter o mundo rural vivo, atrativo e com melhor qualidade de vida.

A ADDLAP dispõe de cerca de 14,6 milhões de euros, para aplicar no seu território. Em 2011, movimentou cerca de 400 mil euros, relativos a percentagens dos programas referidos e outras receitas resultantes das quotas dos associados, tendo os municípios da sua área de intervenção, uma importância acrescida na sustentabilidade da Associação. É de salientar que os pagamentos do Subprograma 3 do PRODER – Abordagem LEADER, com um investimento total de mais de 14 milhões de euros são efetuados diretamente do IFAP para os promotores dos projetos aprovados



## Opinião Comunidades Intermunicipais ou fusão de municípios?

A organização territorial do Estado assenta apenas nos níveis central e local. Mas, é reconhecido que a administração a partir do governo necessita de órgãos descentralizados (CCDR, Centros de Emprego, p.ex.) para o exercício das suas funções. Por outro lado, o poder local tem-se organizado em associações intermunicipais com objetivos diversos, mas sempre procurando compensar a pequena dimensão municipal para o exercício de algumas funções próprias.

Ora, se há 30 ou 40 anos atrás ainda poderíamos aceitar que nem todas as parcelas do território nacional tinham meios para assumir funções próprias, hoje essa questão não se coloca e, por isso, é defensável que o nível local do poder possa exercer mais competências, mesmo para além das que atualmente pertencem às autarquias locais existentes. No entanto, importa saber qual a dimensão adequada para que haja decisões éticas para que haja melhores resultados possíveis e, simultaneamente, qual a dimensão adequada para gerar recursos da forma mais eficiente possível, isto é, com o mínimo de desperdício de recursos que são de todos os portugueses.

Seja pela situação financeira, seja pelo percurso que as autarquias locais fizeram nestes anos ao dotarem as populações com infra-estruturas, equipamentos e serviços, a verdade é que começa a surgir algum consenso em torno da necessidade de o poder local ir mais além do que tem sido o seu papel prioritário. De algum modo, propõe-se que haja uma mudança de paradigma do poder local no sentido de este se virar mais para a conceção e aplicação de políticas locais, autónomas e enquadradas pelos objetivos e as grandes linhas das políticas nacionais. No fundo, trata-se de reconhecer que não basta aplicar o mesmo modelo a realidades locais distintas.

Porém, em muitos casos, a aplicação de políticas locais necessita de territórios relevantes mais alargados que os limites dos atuais municípios. Tome-se o exemplo do emprego. O governo define uma política, com objetivos e meios, para o todo nacional, no entanto, a sua aplicação, para ser mais eficaz, não tem que ser feita de igual forma em territórios com causas, com agentes económicos e com meios diversos. Deve existir uma compreensão e uma decisão local sobre o modo de



Alfredo Simões  
Diretor da Escola Superior de Tecnologia de Viana do Castelo

aplicação dessa política, devendo os decisores responder pelos resultados alcançados. Por outro lado, para ser eficiente, essa política não pode ser definida ao nível de um município mas sim ao nível do conjunto de municípios que constituem a designada “bacia de emprego”, na medida em que o bom funcionamento do mercado de trabalho necessita que haja circulação das pessoas entre os locais de residência e os locais de trabalho que frequentemente não são no mesmo município.

Mas o exemplo do mercado de trabalho pode estender-se a outros domínios, nomeadamente, no desenvolvimento económico, na educação e formação profissional ou mesmo na saúde. É igualmente defensável que as intervenções técnicas, por exemplo no nível do ambiente, do ordenamento do território, etc., possam ser realizadas, não no quadro do município, mas de um conjunto de municípios vizinhos, com problemas comuns ou complementares, que se influenciam reciprocamente.

Todas estas áreas de intervenção, e certamente outras mais, necessitam que o nível local seja alargado, em termos territoriais e demográficos. As Comunidades Intermunicipais (como as de Dão-Lafões ou do Douro Sul) podem ser uma solução, no entanto, para que funcionem como uma comunidade única e não como uma federação de interesses municipais, deverão ter um programa político, deverão ser geridas por alguém que seja eleito e que possa responder perante os eleitores da comunidade. Não se trata apenas de uma associação para ganhar dimensão e, dessa forma, resolver melhor um problema (o bom exemplo da recolha de lixo domésticos), mas trata-se de valorizar o nível local de decisão e, assim, contribuir melhor para a satisfação das necessidades das populações de cada local e do País.

Uma alternativa a este modelo poderá ser a fusão de municípios. Seja como for, podendo hoje o nível “local” dar um maior contributo ao desenvolvimento do País, pena será que tudo continue na mesma. A discussão dos assuntos é o melhor caminho a seguir.

INTERVISTA  
com Paulo Neto  
e Nuno André Ferreira  
Paulo Neto

## À CONVERSA

CIM DÃO LAFÕES

# “A CIM Dão Lafões é um organismo intermédio de gestão do QREN para os 14 municípios e gere 77 milhões de euros de FEDER”



A Comunidade Intermunicipal Dão-Lafões está integrada na NUT III Dão Lafões. É composta por 14 autarquias, a saber: Viseu; Tondela; Santa Comba Dão; S. Pedro do Sul; Vouzela; Oliveira de Frades; Castro Daire; Carregal do Sal; Nelas; Mangualde; Penalva do Castelo; Sátão; Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva. O presidente do seu Conselho Diretivo é **Carlos Marta**, presidente da câmara de Tondela, com quem o JC foi falar.

Há identificação ou rutura com os 10 municípios integrantes da AMVDS?

Total identificação dos catorze municípios da Região Dão Lafões e um grande trabalho de diálogo, concertação e procura de soluções para os problemas com que todos (as) estamos confrontados. Em relação à AMVDS, não tem havido articulação de políticas.

Em 2005 os residentes neste território eram 290 mil. Em 2011 baixaram para 270 mil. Apesar de uma dinâmica demográfica positiva, por oposição à década de 90, prevê-se para 2020 um decréscimo populacional de 10%. Que medidas têm para contrapor à realidade destes números?

Infelizmente o problema demográfico não é exclusivamente da nossa região mas igualmente de todo o país. Os números são assustadores e é importante inverter rapidamente a situação para a sustentabilidade do País. Na nossa região, sendo do tipo “interior”, o problema é mais grave e do nosso ponto de vista este de-

crécimo populacional só pode ser invertido com políticas nacionais de incentivo à natalidade. É um desafio nacional e que a todos diz respeito.

Da nossa parte estamos a fazer o nosso trabalho, que passa por captação de investimento que permita a criação de riqueza para fixar pessoas e atrair talentos, e como exemplo a Rede Urbana de Competitividade e Inovação (RUCI) e a rede regional de empreendedorismo.

Como têm vindo a desenvolver uma estrutura social e económica sustentável que, pelo menos, garanta a manutenção da população residente?

O nosso trabalho, tem sido o procurar aproveitar todas as oportunidades do QREN, para criar valor acrescentado na nossa região. Investimentos municipais e supra municipais, para garantir coesão, solidariedade, qualidade de vida e desenvolvimento dos nossos territórios e ao mesmo tempo a aposta crescente na formação, nas novas tecnologias, em novas áreas de inovação (a

RUCI é um bom exemplo), no empreendedorismo e na eficiência energética;

O PIB de 1,7% é o mais reduzido entre as 6 NUT III, com um índice de poder de compra – exceção de Viseu – abaixo da média nacional. Há perspectivas de inverter esta realidade? Como?

De facto essa é uma realidade que não podemos negar, fruto sobretudo da necessidade dos últimos anos, de se ter apostado muito em infraestruturas. Começou-se entretanto a inverter tal situação e hoje a nossa estratégia passa por criar novas áreas de localização empresarial.

Nesta sub-Região Dão-Lafões, além de Viseu, têm vindo a afirmar-se Tondela e Mangualde. E os outros concelhos, qual é a sua realidade, em termos de dinâmica evolutiva?

Julgamos que o desenvolvimento da Dão Lafões não se tem limitado aos três concelhos que referiu. No seu todo, a dinâmica de desenvolvimento tem sido transversal a todos os municípios e é indistintível que a nossa região

cresceu, desenvolveu-se e fruto de um conjunto significativo de investimentos privados em vários setores empresariais, está a conseguir melhor que outros, responder à crise difícil com que estamos confrontados.

Qual o papel das associações de desenvolvimento como a ADD, ADDLAP e ADISCES? Não é mais do mesmo?

Um papel importante. Têm sido fundamentais no desenvolvimento dos diferentes territórios em áreas diversificadas, e de apoio a iniciativas de pequenos e médios empresários. São instituições com imensa “massa crítica”, que devem ser reforçadas e valorizadas.

Com que entidades públicas de caráter supramunicipal interagem? Tem havido benefícios bilaterais?

É essencial a articulação e parceria entre os vários agentes da região, sejam eles privados ou públicos. O que temos vindo a fazer com sucesso é trabalhar com a AIRV, Escolas de Ensino

Superior, Agrupamentos de Escolas, Turismo Centro de Portugal, Associação Comercial de Viseu, Federação Vitivinícola do Dão, Centros de Formação, Centros de Emprego, Instituições Culturais e Associações de desenvolvimento local, entre muitos outros; com vantagens para todos os intervenientes. Em suma, procuramos todos ser protagonistas e agentes do bom investimento e do desenvolvimento.

Qual a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente âmbito QREN?

A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões é um organismo intermédio de gestão do QREN para os catorze municípios e no caso específico gere 77 milhões de euros de FEDER, tendo já aprovado 103 projetos de investimento que está a desenvolver e tem uma das taxas de execução física e financeira mais significativas de todo o país.

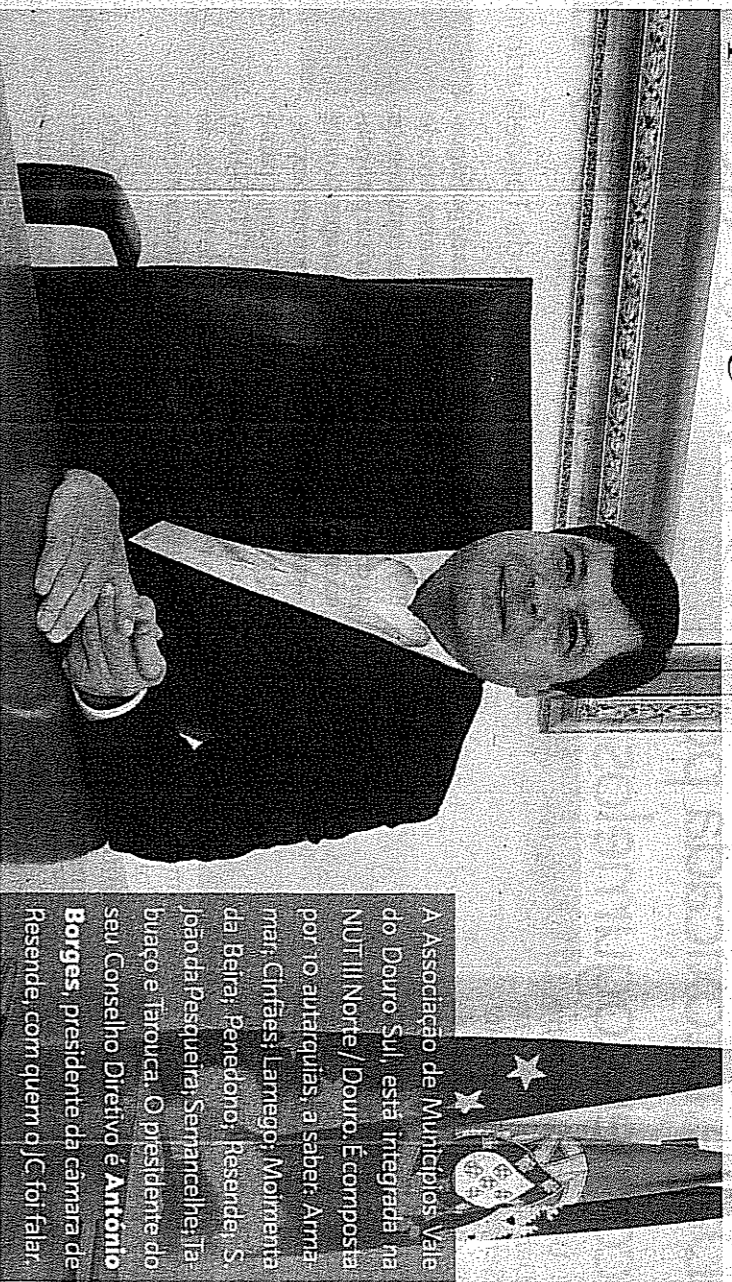
Com que recursos humanos

conta a CIM Dão-Lafões? Temos 7 funcionários, o que para o volume de trabalho é claramente insuficiente, até comparativamente com outras Comunidades. Refiro que para além da gestão do QREN, a Comunidade candidatou-se, conseguiu aprovar e está a executar muitos outros projetos no território.

Que projetos têm neste momento em mãos? Balanço geral...

Realçamos o Projeto de Modernização Administrativa para os catorze municípios no valor de 3,5 milhões de euros; a Rede Urbana de Competitividade e Inovação para seis municípios e projetos específicos da Comunidade (Marca Viseu – Dão Lafões). Governança e Liderança do Empreendedorismo na Região Dão Lafões; Gestão da Escopista do Dão; Formação de quadros e funcionários municipais, e Eficiência Energética, ou seja, um conjunto muito alargado de iniciativas que nos colocam num patamar de referência nacional.

# “Não vale a pena continuar a dizer uma coisa quando se governa ficar de mãos atadas”



A Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, está integrada na NUT III Norte / Douro. É composta por 10 autarquias, a saber: Arnariz, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penafiel, Resende, São João da Pesqueira, Sernanheira, Tabuaço e Taveira. O presidente do seu Conselho Diretivo é António Borges, presidente da câmara de Resende, com quem o JC foi falar.

Há identificação ou ruptura com os outros municípios integrantes da CIM do Douro? Dos dez concelhos que constituem a Associação de Municípios do Vale Douro Sul (AMVDS) dois estão na CIM do Tâmega, casos de Cinfães e Resende, e os outros estão na Comunidade do Douro. Não é uma questão fácil, sobretudo quando se trata de falar de afinidades, de problemas comuns e da região do Douro que tem, de facto, um grande carácter, mas que não pode ser dividida de forma simples. Quem está em Viseu ou na Região Centro, mas apesar de tudo no mesmo distrito, que acaba para umas coisas e não acabou para outras, e que volta à luz do dia com esta nova reforma do mapa judicial, não será fácil compreender toda esta falta de coerência na organização do território. Entre os municípios nunca se sentiu dificuldades de relacionamento, de concertar e até de resolver o que outros deveriam enfrentar. Que há problemas no modelo de organização de território isso é evidente, que continuamos sem ideias nestes domínios é verdade! Precisamos de novas abordagens mais simples e eficazes, com escala e sem a atomização que continua a dominar os processos de decisão.

Qual é o PIB da NUT III do Douro?

Estamos a falar das médias mais baixas do país. Mas essa é sempre a forma mais fácil de juldar o que é mais importante e ir acumulado erros atrás de erros na governação dos territórios. O PIB per capita no Douro é de cerca de 62,3% da média nacional, na zona da CIM Tâmega é ainda mais baixo (55%). No nosso caso quando comparado com Lisboa estamos a falar de quase três vezes menos. Se acontecer uma transacção de uma quinta no Douro através da alienação de partes de capital das sociedades detentoras desses imóveis não há tributação por não consumisanciar em uma transmissã o onerosa de imóveis. Se a sede da empresa estiver fora da região o reflexo nas leituras estatísticas sai prejudicado. Deveria existir tributação no território de origem onde o proveito ou o rendimento é gerado, independentemente dos agentes envolvidos. Em Portugal andamos todos à procura dos meios e fundos europeus para as políticas de coesão, instrumentos essenciais da construção europeia. Há muito pouco tempo ouvimos Duão Barroso falar, no quadro da crise, da importância das políticas de coesão na Europa como alavancas para o crescimento e o emprego. Lá fora estamos todos de acordo relativamente à implementação de políticas desse tipo, cá dentro parece que tudo se inclina sempre para os mesmos. O Norte do distrito, onde está a AMVDS, continua à espera de investimentos em áreas como as acessibilidades. Continua a ser uma debilidade séria. E mesmo a capital do distrito continua a ver a ligação a Coimbra. Diabolizar o investimento como parece moda agora é esquecer que os factores de competitividade dos territórios têm de existir para todos em todos os domínios.

Quais as estratégias de desenvolvimento económico, social e ambiental do território?

Em 2001 do vosso território? E em 2011? Qual a previsão para 2020? Há uma dinâmica regressiva ou progressiva? Na última década o conjunto dos dez municípios que formam a AMVDS perdeu 7,8% da sua população, que se situa agora em cerca de 105 mil pessoas. Na década anterior a perda foi ainda superior. Essa é uma tendência da região, de Portugal, mas também da velha Europa. Aqui ou em qualquer outra parte do país os desafios são os mesmos. Só há políticas de inclusão se tivermos na sustentabilidade económica e no emprego os primeiros objectivos e resolvemos em definitivo a questão de equilibrar lógicas entre os territórios geradores e os receptores de riqueza e produto. Não se pense que o Douro e o Norte do distrito é coisa menor ou não contribuem para a economia do país. Se contabilizarmos a produção per capita em vez do consumo, e se avaliarmos na origem o que cada territó-

Nesta região do Douro, e com a especificidade e as marcas que lhe reconhecemos, há áreas incontornáveis e de grande tradição até exportadora. Desde logo o vinho! Mas a produção de energia, a valorização dos produtos tradicionais e diferenciadores, o turismo e um enorme potencial nas redes culturais, na paisagem como recurso, tantos outros motivos que precisam de escala e de constituírem modelos e explorações sustentáveis e rentáveis, sobretudo para quem cá vive, são aspectos incontornáveis. Não adianta continuar a falar de turismo no Douro, da sua via navegável, se temos fora do Distrito pontos mais do que 2% do alojamento turístico nacional. Ou se trata de um objectivo mais amplo da própria economia do país, que acredita nesse contributo para o seu desenvolvimento, os Governos acreditam que esse é também um designio para as suas políticas de desenvolvimento ou não vamos lá. E não vale a pena continuar a dizer uma coisa quando se está na oposição e quando se governa ficar de mãos atadas!

Como se articulam os investimentos municipais de natureza municipal?

No QREN foram os célebres Planos Territoriais de Desenvolvimento que serviriam para definir a partida dessa articulação. A avaliação

do actual quadro comunitário, a esse nível, é muito decepcionante. As regras foram mudadas várias vezes e sob os mais diferentes pretextos, como aconteceu ultimamente. E admito que o caminho que nos vai levar a um novo quadro não augura nada de novo e de melhor. Em Portugal essa discussão e a preparação da Agenda 2020 ainda não começou, numa altura em que os regulamentos comunitários estão já praticamente desenhados e aprovados em Bruxelas. Na Associação de Municípios do Vale Douro Sul estamos a trabalhar nessa matéria. O Plano de Avaliação Estratégica dos dez municípios está já a dar passos com os estudos que entregámos ao Prof. Augusto Mateus. O primeiro “draft” será apresentado no próximo dia 23 de Novembro em Lamego, na terceira edição das nossas conferências.

Qual a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN?

A contractualização acontece ao nível das comunidades intermunicipais. Numa entidade como a AMVDS, trata-se de não perder uma oportunidade de décadas entre os dez municípios do Norte.

Com que entidades públicas de carácter supramunicipal interagem? Tem havido bene-

fícios bilaterais? A Associação tem uma participação até do ponto de vista dos seus próprios recursos na CIM do Douro. Existem projectos e acções comuns também com outras associações do Douro Norte e do Douro Superior e iniciativas muitas partilhadas com as próprias agências de desenvolvimento regional, no caso a Beira Douro. Mas há iniciativas próprias em domínios complementares da actuação dos municípios fora da lógica de execução do quadro comunitário. Recordo-me, por exemplo, de termos lançado o projecto de infraestruturas da Banda Larga, um dossier que serviu para o Governo de então impulsionar a rede nos territórios de baixa densidade.

Com que recursos humanos conta a AMVDS?

O núcleo principal vem do extinto GAT, que acabou por ser absorvido em áreas mais técnicas e administrativas. Mas a associação recorre a serviços externos. Como já referi está em curso o Plano Estratégico do Douro Sul, que foi entregue à equipa do Prof. Augusto Mateus e que tem como objectivo avaliar a região numa perspectiva da Agenda 2020 e das oportunidades que o próximo quadro comunitário possibilita.

Que projectos tem neste momento em mãos? Há vários! Alguns que têm

contexto no QREN, como os Planos de Emergência, o Sítio do Montemuro - com forte componente de preservação ambiental e valorização das comunidades locais - na área da Cartografia Digital, os Fóruns Intermunicipais Temáticos que representam trocas de experiências, e na participação continuada do chamado “Simplex Autárquico” em que estivemos no início a promover o envolvimento dos parceiros. E depois há algumas acções que são muito próprias e que refiro como de grande importância de grande importância e gestão documental que a AMVDS promove, sem encargos, nos municípios que a constituem.

Qual o balanço geral? Entidades como a AMVDS terão a prazo que ser clarificadas no seu domínio de actuação e até na sua razão e utilidade. A atomização do processo de decisão é algo que não se deseja. Mas também não podemos perder algumas décadas onde se constroem espaços de cooperação entre municípios e que são postos em causa com constantes alterações dos modelos de associativismo municipal. A partilha, seja a que nível for, e a lógica de rede são sempre conceitos importantes e úteis. Aí o balanço é positivo.